



DIMENSÃO: PRESENÇA DE POVOS TRADICIONAIS ESPECÍFICOS NO TERRITÓRIO
SUBDIMENSÃO: PRESENÇA DE POVOS ORIGINÁRIOS RELAÇÃO COM O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CADÚNICO
INDICADOR: Presença de indígenas cadastrados no Cadastro Único de Assistência Social

DESCRIÇÃO	INTERPRETAÇÃO	JUSTIFICATIVAS	USOS	LIMITAÇÕES
<p>Número de pessoas autodeclaradas como indígenas cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), no território, no ano em análise.</p> <p>É considerado indígena “todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional” (BRASIL, 1973).</p> <p>Os resultados foram apresentados em números absolutos.</p>	<p>A quantidades de pessoas autodeclaradas como pertencentes a povos indígenas pobres que compõe o CadÚnico na unidade territorial.</p> <p>Usualmente são caracterizados são pobres aqueles cuja renda mensal não ultrapassa $\frac{1}{2}$ salário-mínimo nacional.</p>	<p>O CadÚnico identifica de forma diferenciada os grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTEs), dentre os quais estão classificados segundo a origem étnica, os povos indígenas.</p> <p>Esses conjuntos de pessoas pertencem a grupos sociais que se caracterizam por possuir uma organização territorial, política, linguística, sociocultural, econômica e histórica própria, com costumes, tradições e modos de vida comunitários particulares, os quais são transmitidos de forma intergeracional o que os diferencia de outros grupos. BRASIL (2016).</p> <p>A visibilidade dos GPTEs no CadÚnico permite analisar a situação social e econômica desses grupos, que em comparação com as demais famílias de baixa renda no cadastro, gozam de desigualdades sociais agudizadas; inclusive do preconceito institucional que limita o acesso a seus direitos.</p>	<p>A produção e divulgação do indicador poderá subsidiar políticas públicas e sinalizar ações prioritárias a serem implementadas segundo perfil do grupo e/ou localidade geográfica.</p> <p>Contribui com o gestor na tomada de decisão.</p> <p>Contribuir com os técnicos e setores de vigilância na prevenção e mitigação de riscos para essa população mais vulnerável em seu território de vivência.</p> <p>A produção e divulgação de informações de qualidade sobre comunidades tradicionais são essenciais para garantir a elaboração e execução de políticas públicas adequadas às necessidades dessas populações. (IBGE 2018, p. 4).</p>	<p>Trata da constatação numérica da presença no CadÚnico no território, de pessoas que se autodeclararam como indígenas.</p> <p>Não considera o montante de pessoas pobres e mais vulneráveis pertencentes a população indígena no território que estejam fora do cadastro (demanda reprimida).</p> <p>O Cadastro Único da Assistência Social demanda de senhas e protocolos para acesso e processamento de</p>



				dados, pelo fato de lidar com informações privadas da pessoa física. Nesse sentido, é preciso investimento em proteção de dados continuamente.
UNIDADE DE ANÁLISE/ REFERÊNCIA TEMPORAL	CATEGORIAS SUGERIDAS PARA ANÁLISE	FONTE	DADOS ESTATÍSTICOS E COMENTÁRIOS	
Município/ 2020	Unidades geográficas regionais (mesorregião, microrregião do estado).	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH do Estado da Paraíba.	<p>Dos 223 municípios paraibanos, 17 registraram a existência de pessoas indígenas no CadÚnico até o período estudado, sendo a maior quantidade em Marcação, Baía da Traição e Rio Tinto, respectivamente.</p> <p>Os municípios com as maiores quantidades de famílias indígenas no CadÚnico até setembro de 2020, também são os que apresentam o maior quantitativo de pessoas autodeclaradas indígenas conforme o censo do IBGE de 2010. Esses também possuem terras indígenas demarcadas pela FUNAI.</p> <p>De acordo com a plataforma terras indígenas, existem dois povos indígenas ocupando terras tradicionais na Paraíba, são eles: Potiguar e Tabajara.</p> <p>O povo Potiguar possui suas terras oficialmente demarcadas, as quais compreendem as Terras Indígenas de Jacaré de São Domingos, localizada no município de Marcação, Terra Indígena de Monte-Mor, a qual pertence ao município de Rio Tinto, e Terra Indígena Potiguar,</p>	



			<p>distribuída entre os Municípios de Marcação, Rio Tinto e Baía da Traição.</p> <p>O povo Tabajara, entretanto, ainda não possui suas terras oficialmente demarcadas, encontrando-se em situação de declaração, estas estão localizadas nos municípios de Pitimbu, Conde e Alhandra.</p>
MÉTODO DE CÁLCULO			
$X = \frac{\text{Indígenas cadastrados no Cadastro Único de Assistência Social}}{\text{Total GPTE}}$			
REFERÊNCIAS			
<p>BRASIL, Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF.</p> <p>BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Cadastramento diferenciado. Diversidade no Cadastro Único - Respeitar e Incluir. -- Brasília, DF: MDSA; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2016.</p> <p>IBGE. Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro. Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101562.pdf. Acesso em: out. 2020.</p> <p>Plataforma Terras Indígenas. Terras indígenas no Brasil. Terra Indígena Potiguara de Monte-Mor. Disponível:< https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4081>. Acesso em: 15 de jun. de 2021.</p>			